

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 345

**ESTRATÉGIAS BANCÁRIAS DIFERENCIADAS NO TERRITÓRIO:
O CASO DE MINAS GERAIS**

Mara Nogueira

Marco Crocco

Ana Tereza Lanna Figueiredo

Fevereiro de 2009

Ficha catalográfica

332.10981	Nogueira, Mara.
N778e	Estratégias bancárias diferenciadas no território: o
2009	caso de Minas Gerais / Mara Nogueira; Marco Crocco;
	Ana Tereza Lanna Figueiredo. - Belo Horizonte:
	UFMG/Cedeplar, 2009.
36p. (Texto para discussão ; 345)	
1. Bancos – Minas Gerais. 2. Economia regional. 3.	
Liquidez (Economia). 4. Minas Gerais – Condições	
econômicas. I. Crocco, Marco. II. Figueiredo, Ana	
Tereza Lanna. III. Universidade Federal de Minas	
Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento	
Regional. IV. Título. V. Série.	

CDD

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL**

**ESTRATÉGIAS BANCÁRIAS DIFERENCIADAS NO TERRITÓRIO:
O CASO DE MINAS GERAIS***

Mara Nogueira

Economista e pesquisadora do grupo LEMTe (Laboratório de Estudos em Moeda e Território).
E-mail: maracnt@cedeplar.ufmg.br

Marco Crocco

Professor Adjunto do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR)/UFMG e
Coordenador do Grupo LEMTe.
E-mail: crocco@cedeplar.ufmg.br.

Ana Tereza Lanna Figueiredo

Professora Assistente do Departamento de Ciências Econômicas da PUC Minas.
Doutoranda do CEDEPLAR/UFMG e pesquisadora do grupo LEMTe.
E-mail: lanna@cedeplar.ufmg.br.

**CEDEPLAR/FACE/UFMG
BELO HORIZONTE
2009**

* Os autores agradecem aos estagiários Ana Paula Esteves e Wallace Pereira pela coleta e sistematização dos dados aqui apresentados.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
I. MOEDA E ESPAÇO NA PERSPECTIVA PÓS-KEYNESIANA.....	6
II. A EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO NOS ANOS 1990.....	9
III. Estratégias Bancárias diferenciadas no espaço: o caso de Minas	12
III.1. O Tamanho Regional do Sistema Bancário em Minas Gerais	15
III.2. Estratégias Bancárias Regionais	17
IV. CONCLUSÕES PRELIMINARES	32
BIBLIOGRAFIA.....	34

RESUMO

Este artigo objetiva investigar em que medida existem no Estado de Minas Gerais estratégias bancárias diferenciadas no território. Com base na concepção pós-keynesiana de preferência pela liquidez distinta por região (DOW, 1993), analisa-se o balanço consolidado das agências bancárias de 351 municípios mineiros divididos em cinco grupos. Através da análise de indicadores, construídos a partir do citado balanço, conclui-se que existem evidências a assinalar o fato de o sistema bancário mineiro atuar de forma diferenciada no espaço, comportamento este que reforça as desigualdades regionais.

ABSTRACT

The aim of this paper is to investigate in what extent there is a differentiated regional bank strategy in the economy of Minas Gerais. Based on the post-Keynesian theory of regional liquidity preference (DOW, 1993), the article analyses the consolidate balance sheet of bank's branches in 351 cities of Minas Gerais divided in five different groups. Through the analyses of some of the indicators that has been built using the balance sheet, the paper concludes that there are evidences that supports the statement that the state's Bank System works in a different way over the space. This behavior reinforces the uneven regional patterns of development in its economy.

Palavras Chaves: Estratégia Bancária, Economia Regional, Bancos.

Key Words: Bank's Strategy, Regional Economy, Banks

INTRODUÇÃO

A literatura sobre a questão regional brasileira tem se caracterizado por estudos que consideram o comportamento das variáveis reais da economia (produção, emprego, salários, etc.). Além disto, destaca-se o fato de variáveis monetárias e financeiras serem freqüentemente negligenciadas. Fato justificado pela ausência de fontes de dados satisfatórias para a análise regional da perspectiva financeira e monetária. (AMADO, 1998: 418).

No entanto, apesar destas limitações, alguns trabalhos (AMADO, 1997, 1998 e CROCCO e JAYME JR., 2006) mostraram que é possível extrair importantes conclusões a partir do estudo deste campo de investigação. Dentro deste contexto insere-se o presente trabalho.

O objetivo deste artigo é investigar em que medida existem no Estado de Minas Gerais estratégias bancárias diferenciadas no território. Com base na concepção pós-keynesiana de preferência pela liquidez distinta por região (DOW, 1993), analisa-se o balanço consolidado das agências bancárias de todos os municípios mineiros com dados disponíveis para o período de 1989 a 2004. A amostra abrange 351 municípios divididos em cinco grupos tendo como critério o PIB gerado pelas localidades em 2005. Através da análise de indicadores, construídos para estes grupos a partir do citado balanço, conclui-se que existem evidências a assinalar o fato de o sistema bancário mineiro atuar de forma diferenciada no espaço, comportamento este que reforça as desigualdades regionais.

A seção seguinte (II) expõe teoricamente o entendimento pós-keynesiano da dinâmica regional. A terceira seção descreve a evolução recente do sistema bancário brasileiro de forma a captar suas transformações e consequentes impactos sobre estratégias bancárias gerais. A seção IV, cerne do artigo, investiga a existência de estratégias bancárias diferenciadas no território. Na última seção algumas conclusões são apresentadas.

I. MOEDA E ESPAÇO NA PERSPECTIVA PÓS-KEYNESIANA

O pouco destaque dado à moeda e ao seu papel para o desenvolvimento das regiões constitui uma característica marcante na literatura acerca de economia regional. Vários modelos de determinação da renda regional, como o neoclássico, o de causação cumulativa e o de insumo-produto, não consideram o impacto da moeda e de variáveis financeiras. Quando abordadas, tais variáveis são, em sua maioria, tratadas em modelos econôméticos, nos quais algumas variáveis monetárias nacionais, consideradas exógenas, afetam a determinação regional da renda em função das características específicas de cada localidade. Assim, a moeda e os fluxos monetários têm sido considerados como resultado da diferença entre as áreas e não como a causa desta diferença.

Segundo Rodriguez-Fuentes (1998, 2006), as principais razões para tal ausência de referências a fatores monetários são: 1) a hipótese ortodoxa de que a moeda é neutra no longo prazo e, assim sendo, não pode explicar valores reais em nível regional; 2) o fato de regiões não usarem instrumentos de política monetária, e, portanto, serem sem importância para estudo; 3) o fato de regiões serem extremamente abertas e enfrentarem uma perfeita mobilidade de capital, tal como uma pequena e aberta economia.

A neutralidade das variáveis financeiras é assumida pelo *mainstream* em economia, para quem a renda real depende apenas de fatores reais. Neste contexto, a moeda é vista apenas como um véu que facilita as trocas e ajusta o nível geral de preços. Os bancos, por sua vez, são também considerados neutros, pois somente alocam poupanças disponíveis entre projetos alternativos. Regionalmente, o sistema bancário somente afetará o desempenho das variáveis reais, quando fracassar na alocação do crédito nacional entre diferentes regiões em virtude da presença de falhas de mercado, tais como, informação imperfeita ou assimétrica, ou de barreiras à sua atuação, como custos de transação¹. Quando nenhum desses problemas ocorrerem, o mercado de crédito regional estará atuando de forma apropriada e equilibrará o fluxo financeiro interregional, fazendo com que as regiões não enfrentem problemas financeiros, pois se deparam com uma curva de oferta de crédito perfeitamente elástica.

Embora as raízes de diferenças de renda regionais possam ser achadas em fatores estruturais, variáveis monetárias podem ser responsáveis pela manutenção e ampliação das diferenças de renda regional, quando se adota uma abordagem em que a moeda e os bancos não são neutros para o desenvolvimento regional. Trabalhos nesta linha de abordagem, de cunho pós-keynesiano, surgiram na última década na literatura econômica.²

A teoria monetária pós-keynesiana considera a moeda como uma parte integrante do processo econômico e, desta forma, não é possível distinguir claramente o lado monetário do lado real da economia (DOW, 1993). Para os pós-keynesianos a moeda não é exógena, entrando no sistema econômico através do crédito gerado pelos bancos e induzido pela sua demanda. Assim, o crédito permite determinar o investimento, ao invés de determinar o nível geral de preços, tornando a moeda não neutra.

A análise pós-keynesiana também se distingue das demais por abordar tanto o lado da oferta quanto o lado da demanda no mercado de crédito regional. Para esses autores, a oferta e a demanda de crédito são interdependentes e afetadas pela preferência pela liquidez, vinculada às expectativas que os agentes formam em um ambiente de incerteza. Do ponto de vista dos bancos, a preferência pela liquidez afetará negativamente a sua disposição em emprestar na região, caso possuam expectativas pessimistas ou pouco confiáveis sobre a mesma. No lado da demanda por crédito, a preferência pela liquidez do público afetará suas respectivas definições de portfólio. Quanto maior a preferência pela liquidez, maiores as posições em ativos líquidos destes agentes e menor sua demanda por crédito.

A partir de tais conceitos teóricos e utilizando-se de elementos da Teoria da Causação Cumulativa e da Dependência, Dow (1982, 1993) apresenta alguns modelos em que o sistema financeiro, juntamente com o lado real da economia, pode promover padrões de desenvolvimento regional desiguais. Dow (1982) tenta traduzir os argumentos de liquidez para um contexto espacial. Assim, economias contemporâneas com igual base monetária possuiriam multiplicadores monetários mais elevados quanto mais otimistas forem as expectativas sobre os preços locais dos ativos; mais líquidos os mercados locais destes ativos; maior o grau de desenvolvimento financeiro e mais favorável seu resultado comercial com outras regiões.

¹ Roberts e Fishkind (1979), Moore e Hill (1982) são autores de trabalhos iniciais que tentaram identificar fatores que poderiam levar ao racionamento de crédito em mercados regionais. Recentemente, autores da linha neo-keynesiana como Faini *et al* (1993) e Samolyk (1994), têm explorado o argumento da informação assimétrica nos mercados de crédito regional.

² Para um estudo empírico desta teoria em nível internacional ver Dow (1990). Ver Amado (1997) para a aplicação ao caso brasileiro.

Dois casos extremos de regiões com diferenças em suas características são considerados: uma região central e uma periférica. O centro seria uma região próspera, com mercados ativos e sofisticação financeira. A periferia seria uma economia estagnada, com tênues mercados e um menor grau de sofisticação financeira. O modelo considera que, mesmo dentro de uma nação, as inovações financeiras somente se estendem do centro financeiro para regiões mais remotas após um certo *lag* de tempo e que custos de transações adicionais e de informação ajudam a preservar esta diferença. Como resultado destas características, a preferência pela liquidez seria maior na periferia, a liquidez de qualquer ativo seria maior no centro do que na periferia e, no longo prazo, o multiplicador bancário seria maior no centro. Além disso, a contextualidade espacial permite que o agente possa manter, simultaneamente, ativos de economias de várias regiões, implicando não só na endogeneização espacial da base monetária, como também reforçando o caráter distinto das ofertas de moeda regionais.³

O centro é definido como um local que apresenta uma estrutura produtiva historicamente dominada pela indústria e pelo comércio e onde se situa o centro financeiro. A periferia, por sua vez, concentra suas atividades no setor primário e nas manufaturas de baixa tecnologia, com uma dinâmica econômica centrada na exportação para o centro, sendo as receitas de suas vendas sensíveis à conjuntura no centro e, consequentemente, altamente voláteis. O centro possui *spread effects* sobre a periferia, não apenas nas suas demandas de produtos, mas também na difusão de tecnologia, mão-de-obra qualificada e serviços através de suas filiais, promovendo uma dependência do centro pela periferia.

Tais características implicam que a preferência pela liquidez será maior na periferia para os seus residentes, sejam bancos, empresários e o público. As razões para tal seriam o alto risco de perda de capital para os bancos, relacionados ao risco de *default* dos empréstimos; a mudança da eficiência marginal do investimento para as empresas, que é afetada pela menor disponibilidade de empréstimos e maiores juros bancários; e a incerteza na obtenção de renda percebida pelo público, ambos ligados à volatilidade da economia.

Como resultado, bancos nacionais acabam por emprestar menos para a periferia, dada sua estrutura econômica e o remoto controle sobre as suas filiais. Bancos específicos da periferia, por sua vez, preferirão manter um nível de reservas mais altos e restringir os empréstimos locais, colocando-se em uma posição de desvantagem relativa e encorajando a concentração bancária no centro. Além disso, a maior preferência pela liquidez do público na periferia se traduziria em maior parcela de depósitos à vista sobre depósitos a prazo, o que poderia obrigar os bancos a diminuírem o prazo de seus empréstimos para ajustar ao menor prazo dos depósitos, gerando menos recursos de longo prazo para a região.

Fundamental para o presente trabalho é entender que a abordagem teórica aqui adotada abre a possibilidade de os bancos e/ou suas agências adotarem estratégias diferenciadas no território. Investigar esta possibilidade é o objetivo central deste artigo. Isto será feito a partir da análise do caso brasileiro a seguir.

³ Dow (1982) trabalha com um sistema bancário de base regional. Entretanto, seus argumentos de diferenças na oferta de moeda continuam válidos em um sistema bancário nacional, onde o fluxo de capitais pode ser exacerbado e a destinação das alocações dos recursos dependem crucialmente das decisões do centro, para onde o capital flui e os níveis de depósitos são maiores.

II. A EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO NOS ANOS 1990

A estratégia de atuação dos bancos é definida pela busca contínua de adequação do seu portfólio de ativos a uma relação entre rentabilidade e liquidez que acreditam ser a ideal, frente à conjuntura econômica vigente e às expectativas que têm sobre o futuro, dado o ambiente institucional. Neste contexto, a análise de estratégias bancárias diferenciadas no território brasileiro será feita. Para tanto, esta seção se destina a sistematizar as mudanças ocorridas no sistema bancário brasileiro, iniciadas no final dos anos 80 e que se estendeu até recentemente.

O processo de reestruturação do setor bancário no Brasil pode ser explicado por dois movimentos, um interno e outro externo ao País. O primeiro teve início em meados da década de 1990, com o fim do processo inflacionário, determinando o término do chamado *floating*⁴. Isto fez com que os bancos fossem obrigados a mudar suas estratégias de atuação, notadamente aumentando o peso de créditos concedidos em seu ativo.

O segundo movimento pode ser entendido como a adoção tardia no País das propostas do chamado ‘Consenso de Washington’, que implicou na abertura do setor bancário e na sua desregulamentação, aliado ao programa de privatizações dos bancos públicos, notadamente os estaduais. Tais fatos contribuíram para fomentar a concentração bancária no País, refletindo duas tendências simultâneas: a) concentração geográfica das agências e; b) onda de fusões e aquisições.

A primeira relaciona-se diretamente com o fim dos ganhos do *floating*. Durante o período inflacionário, os bancos beneficiaram-se grandemente das receitas inflacionárias. O *floating*, gerado pelo significativo *spread* nominal entre taxas passivas e ativas de juros, obtido principalmente nos depósitos à vista, representava uma importante fonte de recursos. Em função deste mecanismo, a estrutura operacional dos bancos foi montada para maximizar a captação de depósitos (CARVALHO, STUDART, ALVES JR., 2002). Essa estratégia encontrava respaldo na diretriz do Banco Central que, naquela época, objetivava uma maior capilaridade do atendimento bancário. Isto implicou na abertura de uma grande quantidade de agências em diversos municípios brasileiros.

A partir de julho de 1994, entretanto, com a implantação do Plano Real (plano de estabilização da economia), observou-se uma rápida queda da inflação. O novo ambiente macroeconômico gerou profundas consequências para o funcionamento do sistema bancário, uma vez que extinguiu a principal fonte de rentabilidade dos bancos. Cabe ressaltar que as receitas inflacionárias, que historicamente situavam-se em torno de 2% do PIB e no período de 1990-1993 chegavam a 4%, foram reduzidas para 2,0% em 1994 e 0,1% em 1995, segundo dados do IBGE. Já em relação ao valor da produção bancária imputada, estas receitas, em 1993, chegaram a representar 87,3% deste valor, reduzindo-se para 49,5%, em 1994, e 1,6% em 1995, como se pode ver na tabela 1. As perdas indicavam claramente que o sistema financeiro teria de passar por profundo processo de ajuste (CORAZZA, 2001).

⁴ *Floating*: lucro obtido pelos bancos, resultante da diferença entre os depósitos não indexados ou recolhimento de tributos e os ganhos que obtinham investindo estes recursos (BARBACHAN e FONSECA, 2004).

TABELA 1
Receita inflacionária como % do PIB e do valor da produção imputada – Brasil

Modalidade	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Receita inflacionária/PIB	4	3,8	4	4,3	2	0,1
Receita inflacionária/valor da produção imputada	70	81,2	86,8	87,3	49,5	1,6

Fonte: Andima/IBGE, 1997.

Inicialmente, os bancos responderam à perda das receitas inflacionárias com o aumento das operações de crédito – concentrado nos empréstimos ao consumidor e ao comércio – e com a adoção de uma postura financeira mais ousada – aproveitando-se, assim, do forte crescimento da demanda.

A rápida e intensa expansão do crédito, em condições de acirrada concorrência entre os bancos por aumento de receita e ampliação de mercados, só foi possível graças a um significativo relaxamento da avaliação de riscos. Conseqüentemente, observou-se um forte aumento na inadimplência (SOARES, 2001). Além disso, cabe lembrar que a diminuição do ritmo de crescimento da economia no 2º trimestre de 1995, decorrente da adoção, pelo governo brasileiro, de uma política monetária e creditícia altamente restritiva devido à crise mexicana do fim de 1994⁵, elevou enormemente os créditos em atraso e em liquidação (PUGA, 1999). Assim, em um segundo momento, os bancos passaram a adotar uma postura mais defensiva, expressão de sua maior preferência pela liquidez e pela segurança. Direcionaram então suas carteiras para ativos de menor risco, em especial títulos públicos, bem remunerados ao longo do período.

Cabe lembrar, ainda, que os bancos compensaram parte da receita perdida (fim do *floating*) com a redução das despesas administrativas, em especial as de pessoal, e com o incremento de novas fontes de receitas – particularmente as provenientes das tarifas bancárias (SOARES, 2001). De fato, de acordo com estudo do IBGE, a receita de serviços quase que duplicou sua participação relativa nos anos posteriores ao Plano Real. Passou de 8% em 1990, para 10,5% em 1993, e para 21,5% em 1995 (Andima-IBGE, 1997).

A segunda tendência, a de fusões e aquisições, foi conseqüência tanto do movimento anteriormente descrito quanto dos importantes incentivos concedidos pelo governo, mediante a implantação de dois programas de reforma do sistema financeiro: o PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) e o PROES (Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária). Também fundamental para o processo foi a abertura do sistema bancário à participação estrangeira, especialmente a partir de 1995. Todos esses programas se inserem numa agenda mais ampla de liberalização econômica e redução do papel do estado na economia, nos moldes sugeridos pelo já mencionado ‘Consenso de Washington’.

O PROER, criado em novembro de 1995, autorizava o Banco Central a disponibilizar recursos para que instituições financeiras sólidas adquirissem o controle acionário de bancos em dificuldades resultantes do novo ambiente macroeconômico vigente. Já o PROES foi criado em fevereiro de 1997, com o mesmo objetivo, mas focado na promoção do saneamento financeiro dos bancos estaduais para fins de privatização. Ambos os programas definiram importantes instrumentos institucionais para a

⁵ O Banco Central do Brasil elevou as taxas de juros para evitar a saída de capitais do País.

reestruturação do setor bancário brasileiro. Além disso, contribuíram para o propósito governamental de reduzir a presença dos bancos públicos, por viabilizarem as privatizações (CARVALHO, STUDART, ALVES JR., 2002).

O processo de reestruturação do setor bancário no Brasil resultou, assim, na redução do número de bancos e agências, assim como na relocalização das mesmas. O movimento de concentração bancária pode ser visualizado pelas tabelas 2 e 3 abaixo.

TABELA 2
Evolução do número de bancos no Brasil
1989 - 2003

Ano	Número	Ano	Número
1989	179	1997	217
1990	216	1998	203
1992	234	1999	193
1993	243	2000	192
1994	246	2001	182
1995	242	2002	167
1996	231	2003	164

Fonte: Cosif - BACEN

Na tabela 2 observa-se uma redução significativa (32%) no número de bancos operando no Brasil, entre 1990 e 2003.

TABELA 3
Evolução do número de agências bancárias por região e
da participação (%) das regiões no número de agências bancárias total
1990-2006

Região/ Ano	Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Brasil
	Número	(%)	Número	(%)	Número	(%)	Número	(%)	Número	(%)	Número
1990	1.169	7,89	2.556	17,26	634	4,28	7.391	49,91	3.059	20,66	14.808
1991	1.220	8,19	2.499	16,77	649	4,35	7.382	49,54	3.152	21,15	14.901
1992	1.231	8,19	2.474	16,47	647	4,31	7.468	49,71	3.201	21,31	15.021
1993	1.235	8,16	2.486	16,43	642	4,24	7.543	49,85	3.225	21,32	15.132
1994	1.252	8,16	2.481	16,17	647	4,22	7.711	50,26	3.252	21,19	15.343
1995	1.402	8,21	2.758	16,16	695	4,07	8.568	50,19	3.648	21,37	17.070
1996	1.291	8,07	2.548	15,93	659	4,12	8.133	50,85	3.365	21,04	15.994
1997	1.288	7,97	2.519	15,58	634	3,92	8.360	51,70	3.371	20,84	16.172
1998	1.193	7,56	2.346	14,87	574	3,64	8.339	52,86	3.323	21,07	15.775
1999	1.173	7,43	2.289	14,51	549	3,48	8.453	53,57	3.316	21,01	15.780
2000	1.184	7,35	2.308	14,33	547	3,40	8.727	54,20	3.336	20,72	16.101
2001	1.211	7,29	2.361	14,20	556	3,35	9.095	54,71	3.401	20,46	16.624
2002	1.240	7,34	2.378	14,08	571	3,38	9.279	54,95	3.419	20,24	16.887
2003	1.266	7,47	2.373	14,01	581	3,43	9.297	54,88	3.425	20,22	16.942
2004	1.283	7,51	2.466	14,44	627	3,67	9.261	54,22	3.443	20,16	17.081
2005	1.320	7,71	2.522	14,73	660	3,85	9.104	53,18	3.512	20,52	17.117
2006	1.338	7,66	2.551	14,60	688	3,94	9.322	53,37	3.570	20,43	17.468

Fonte: Laboratório de Estudos em Moeda e Território (LEMTe) - CEDEPLAR

Já a análise da tabela 3 esclarece o seguinte: mesmo que tenha havido crescimento do número de agências em termos absolutos (com uma breve redução absoluta entre 1995 e 1996), todo o processo acima descrito determinou uma tendência de concentração das mesmas na região Sudeste. A participação relativa da região apresentou um pequeno, porém constante, crescimento durante toda a década. Há de se ressaltar ainda que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em 2006, ainda não haviam recuperado os índices de participação relativa alcançados em 1990.

Finalmente, resta ressaltar que o processo de reestruturação bancária determinou também a eliminação de praticamente todos os bancos de caráter regional – reconhecidamente os mais vulneráveis. Acentuaram-se, portanto, as restrições financeiras das regiões, prejudicando o seu desenvolvimento, como será mostrado mais a frente.

Como se pode constatar, o cenário macroeconômico vigente e o ambiente institucional implicaram em diferentes estratégias adotadas pelos bancos. De forma geral, pode-se delinear um comportamento padrão para o setor bancário brasileiro, nos diferentes períodos analisados. Entretanto, acredita-se que os bancos apresentam táticas de atuação diferenciadas por região. A hipótese assumida é a de que a preferência pela liquidez é distinta no espaço. Assim sendo, o seu comportamento também o é. No próximo item será melhor detalhada a estratégia dos bancos em cada região.

III. ESTRATÉGIAS BANCÁRIAS DIFERENCIADAS NO ESPAÇO: O CASO DE MINAS

Antes de passar à análise propriamente dita, são necessários alguns comentários sobre a forma como a mesma será feita. Neste trabalho, serão analisados apenas 351 dos 853 municípios mineiros. Isso ocorre em função de apenas estas cidades terem pelo menos uma agência bancária entre os anos de 1989 a 2004 e, portanto, apresentarem dados financeiros para o período. Contudo, apesar de constituírem apenas 41% dos municípios mineiros, o fato de o Estado apresentar um alto índice de concentração da atividade econômica faz com que os mesmos se tornem uma amostra bastante representativa, como pode ser observado nas tabelas 4 e 5, a seguir.

TABELA 4
Participação dos municípios da amostra no total da população (em milhares)
e do PIB (em milhares de R\$)
1990 a 2004

Anos	População*			PIB**		
	MG	351 cidades	(%)	MG	351 cidades	(%)
1990	-	-	-	1.033,57	962,33	93,11
1991	-	-	-	5.534,49	5.143,61	92,94
1992	15.941.939	13.374.265	83,89	63.038,66	59.003,91	93,60
1993	16.144.856	13.566.433	84,03	1.480.846,78	1.380.449,66	93,22
1994	16.327.360	13.739.246	84,15	34.771.362,07	32.055.803,48	92,19
1995	16.505.334	13.907.771	84,26	58.881.597,46	54.593.483,03	92,72
1996	16.904.977	13.919.013	82,34	73.727.222,29	68.308.664,70	92,65
1997	16.904.977	13.919.013	82,34	82.125.522,67	75.573.873,09	92,02
1998	17.100.314	14.106.481	82,49	84.215.672,63	77.048.206,18	91,49
1999	17.295.955	14.294.153	82,64	87.490.933,04	79.839.932,08	91,26
2000	17.492.296	14.482.509	82,79	98.867.499,73	89.871.570,67	90,90
2001	18.127.096	14.960.321	82,53	71.373.492,48	64.607.443,76	90,52
2002	18.343.517	15.152.054	82,60	78.754.772,05	70.959.122,61	90,10
2003	18.553.312	15.340.080	82,68	92.593.156,65	82.892.216,72	89,52
2004	18.993.720	15.734.761	82,84	108.846.925,44	97.556.504,91	89,63

Fonte: IBGE e Fundação João Pinheiro

(*) Estimativas das populações residentes em nível municipal, calculadas com data de referência em 1º de julho de cada ano civil.

(**) PIB corrente. Dados de 1990 a 2000 fornecidos pela FJP e dados a partir de 2001 fornecidos pelo IBGE

Como se pode notar, os 351 municípios analisados no artigo concentram mais de 80% da população mineira de 1992 a 2004 e possuem uma participação no PIB do Estado que é sempre próxima à casa dos 90%. No que tange às variáveis financeiras, a tabela 5 revela que o setor financeiro é ainda mais concentrado que o setor real da economia. Nota-se que, durante o período como um todo, quase 100% das operações ativas dos bancos são realizadas nos 351 municípios selecionados e mesmo as operações de captação – representadas aqui pelos depósitos a vista – são registradas em grande parte nestas localidades. Já as operações mais sofisticadas, como aplicações em títulos e valores mobiliários, são concentradas completamente nesses municípios durante o período 1989-2003. Apenas em 2004 observa-se alguma atividade nos demais municípios mineiros.

TABELA 5
Participação dos municípios da amostra nas principais variáveis financeiras - em bilhões de R\$ de 2006
1989 a 2004

Anos	TVM			Crédito			Ativo			Depósitos a Vista		
	MG	351 cidades	(%)	MG	351 cidades	(%)	MG	351 cidades	(%)	MG	351 cidades	(%)
1989	5,44	5,44	100,00	21,31	21,27	99,83	237,65	237,09	99,77	1,85	1,82	98,30
1990	2,90	2,90	100,00	17,27	17,24	99,82	179,95	179,56	99,78	2,05	2,01	98,07
1991	1,26	1,26	100,00	14,47	14,43	99,74	101,98	101,77	99,80	1,65	1,62	98,33
1992	2,35	2,35	100,00	18,32	18,29	99,79	216,68	216,47	99,90	1,18	1,16	98,38
1993	5,28	5,28	100,00	22,19	22,15	99,82	387,64	352,72	90,99	0,91	0,89	97,63
1994	6,70	6,70	100,00	23,31	23,23	99,68	351,98	351,46	99,85	1,60	1,55	96,96
1995	14,52	14,52	100,00	28,88	28,68	99,31	162,65	161,96	99,58	2,29	2,22	96,76
1996	14,22	14,22	100,00	22,79	22,62	99,27	97,63	97,07	99,43	2,14	2,05	95,72
1997	17,70	17,70	100,00	24,95	24,82	99,49	114,60	113,92	99,40	3,55	3,43	96,69
1998	12,34	12,34	100,00	23,37	23,27	99,56	98,61	98,22	99,61	3,91	3,80	97,38
1999	6,70	6,70	100,00	25,61	25,51	99,64	97,68	97,27	99,57	3,96	3,86	97,48
2000	5,60	5,60	100,00	26,93	26,82	99,60	100,71	100,28	99,57	4,63	4,53	97,72
2001	3,86	3,86	100,00	25,75	25,62	99,50	119,75	119,31	99,63	5,07	4,95	97,65
2002	3,33	3,33	100,00	24,51	24,37	99,41	128,18	127,71	99,63	5,46	5,34	97,77
2003	2,78	2,78	100,00	23,39	23,25	99,42	118,47	118,03	99,63	4,98	4,88	97,88
2004	2,51	2,51	99,98	27,57	27,28	98,95	131,21	130,55	99,50	5,85	5,70	97,37

Fonte: LEMTe/Cedeplar

Contudo, mesmo dentre as cidades selecionadas, a diferença em termos de peso econômico é bastante significativa, dessa forma, optou-se por dividir os 351 municípios mineiros com dados financeiros para todo o período (1989 a 2004) em grupos, tomando como referência, o Produto Interno Bruto (PIB) de 2005⁶. Dessa forma, as cidades foram agregadas em cinco faixas, a saber: (i) localidades com PIB inferior a R\$50 milhões; (ii) localidades com PIB entre R\$50 milhões e R\$200 milhões; (iii) localidades com PIB entre R\$200 milhões e R\$600 milhões; (iv) localidades com PIB superior a R\$600 milhões; e, (v) localidades pertencentes à microrregião de Belo Horizonte.

A alocação dos municípios em grupos tem como objetivo facilitar a análise dos mesmos. Ao agregar localidades com peso econômico semelhante, tem-se como hipótese subjacente o fato de o sistema bancário guiar suas estratégias – tanto de localização, quanto de alocação de recursos – em parte, com base nessa variável, hipótese esta que se buscará provar ao longo do texto. A opção de isolar em grupo os municípios pertencentes à microrregião de Belo Horizonte se justifica pela influência que a capital mineira exerce nos municípios em seu entorno. Tais localidades passam, dessa forma, a apresentar características peculiares em função de sua localização privilegiada e possuem, portanto, um peso econômico superior à sua participação no PIB mineiro.

Na tabela 6 estão apresentados o número de municípios pertencentes a cada grupo descrito acima e a localização dos mesmos em termos das mesorregiões mineiras. Nota-se que, dos dezoito municípios do Vale do Jequitinhonha presentes na análise, onze estão na primeira faixa de PIB e oito na segunda; já no caso do Mucuri, apenas nove municípios apresentaram dados financeiros para o período. Destes, seis estão na primeira faixa, dois na segunda e um (Teófilo Otoni) na terceira. É possível observar que, apesar da divisão em grupos não ter se valido de um critério regional, o mesmo acaba se impondo, na medida em que o Estado apresenta divisões econômicas bem nítidas em seu território.

⁶ PIB a preços constantes em R\$ de 2000. Série fornecida pelo IBGE e disponível no endereço www.ipeadata.gov.br.

TABELA 6
Distribuição dos municípios agregados
segundo o valor do PIB em 2005 - mesorregiões de MG: 1989 a 2004

Mesorregião	PIB (milhões de R\$)					
	< 50	50 a 200	200 a 600	> 600	Micro BH	TOTAL
Campo das Vertentes	3	3	2	1	0	9
Central Mineira	2	6	4	0	0	12
Jequitinhonha	11	7	0	0	0	18
Metropolitana de Belo Horizonte	12	9	6	6	15	48
Noroeste de Minas	2	5	3	0	0	10
Norte de Minas	10	11	2	1	0	24
Oeste de Minas	5	13	5	1	0	24
Sul/Sudoeste de Minas	31	39	10	3	0	83
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	6	19	9	6	0	40
Vale do Mucuri	6	2	1	0	0	9
Vale do Rio Doce	13	9	3	3	0	28
Zona da Mata	22	13	10	1	0	46
Total	123	136	55	22	15	351

Fonte: LEMTe/Cedeplar e Atlas do Desenvolvimento Humano

A tabela 7 apresenta a caracterização em termos de PIB, população e área dos cinco grupos de municípios. A análise da tabela mostra a concentração econômica e demográfica do Estado. Enquanto a microrregião de BH, que ocupa apenas 0,87% da área de Minas, concentra 25,55% da população mineira e quase 31% do PIB do Estado, os municípios menos desenvolvidos ocupam 14,62% da área do Estado, abrigam 9% da população e geram apenas 3,35% do PIB mineiro.

TABELA 7
Caracterização das cidades mineiras agregadas segundo o valor do PIB de 2005

PIB (milhões de R\$)	PIB* (em milhares de R\$)	PIB (%)	População** (em milhares)	População (%)	Área (Km²)	Área (%)
< 50	4.065.977	3,35	1.417.266	9,00	85.752	14,62
50 a 200	12.965.198	10,68	2.826.090	17,95	155.322	26,48
200 a 600	19.688.162	16,22	2.895.489	18,39	79.760	13,60
> 600	33.936.185	27,96	3.584.798	22,77	33.645	5,74
Micro BH	37.501.283	30,90	4.021.942	25,55	5.095	0,87
TOTAL MG	121.377.310	89,11	15.743.152	93,66	586.552	61,30

Fonte: IBGE e Atlas do Desenvolvimento Humano

(*) PIB constante a preços de 2005

(**) Censo de 2000

III.1. O Tamanho Regional do Sistema Bancário em Minas Gerais

A literatura acerca da relação entre desenvolvimento do sistema financeiro e crescimento mostra a existência de uma relação causal entre o primeiro e o segundo (LEVINE, 1993; KING e LEVINE, 1993a, 1993b e 1993c; entre outros). Entre as variáveis utilizadas para medir esta relação, o

indicador Ativo/PIB⁷ é um dos mais utilizados⁸, uma vez que nos dá a dimensão do sistema financeiro na economia local.

A tabela 8, a seguir, mostra o peso diferenciado do sistema bancário mineiro, por intervalos de PIB, captado a partir desse indicador.

TABELA 8
Ativo/PIB* - Cidades mineiras agregadas segundo o valor do PIB em 2005: 1990 a 2004

Anos	PIB (milhões de R\$)				
	< 50	50 a 200	200 a 600	> 600	Micro BH
1990	0,17	0,20	0,22	0,26	2,93
1991	0,13	0,15	0,20	0,22	2,58
1992	0,13	0,15	0,19	0,22	6,33
1993	0,11	0,14	0,18	0,28	8,33
1994	0,14	0,17	0,22	0,35	7,91
1995	0,20	0,27	0,35	0,59	2,64
1996	0,20	0,25	0,34	0,41	1,32
1997	0,26	0,32	0,39	0,55	1,47
1998	0,17	0,23	0,26	0,24	1,49
1999	0,18	0,23	0,28	0,28	1,45
2000	0,18	0,23	0,27	0,29	1,45
2001	0,27	0,37	0,42	0,38	2,61
2002	0,26	0,34	0,37	0,38	2,95
2003	0,23	0,29	0,31	0,33	2,79
2004	0,24	0,29	0,29	0,29	2,92

Fonte: LEMTe, Fundação João Pinheiro e IBGE

(*) Os dados até 2000 são disponibilizados pela Fundação João Pinheiro, a partir de 2001, utilizam-se dados do IBGE. Dada a diferença de metodologia utilizada pelas duas instituições, deve-se considerar as duas séries de forma isolada.

Os dados ilustram, de forma clara, o peso diferenciado da microrregião de Belo Horizonte – centro financeiro do Estado – em comparação com os demais grupos de municípios. É possível perceber que, durante o período 1990-2000, as hierarquias de desenvolvimento financeiro e peso econômico dos municípios coincidem. Apenas em 1999 tem-se um valor igual para os municípios do segundo e terceiro grupos (0,28), o que reforça a hipótese de que existe uma alta correlação entre o peso econômico de um município – medido pelo PIB – e seu grau de desenvolvimento financeiro – medido pelo indicador Ativo/PIB. Nota-se também que apenas a microrregião de BH apresenta valor superior a 1 (um) durante todo o período, o que significa que, neste grupo, o sistema financeiro aloca um volume de recursos superior ao produto interno bruto gerado pelos mesmos. Em última instância, sugere uma “drenagem” de recursos para a microrregião belorizontina.

⁷ Os dados sobre balancetes bancários aqui utilizados foram fornecidos pelo Laboratório de Estudos sobre Moeda e Território (LEMTe) do CEDEPLAR da UFMG. A fonte primária é o COSIF do Banco Central (BCB). Este sistema determina que todas as agências bancárias do país forneçam ao BCB um balancete mensal de suas operações. O BCB divulga a informação através do SISBACEN de forma consolidada por município. O LEMTe sistematizou e consolidou as informações para o período que vai de 1988 à 2006 para todos os municípios brasileiros.

⁸ Para uma análise de indicadores de avaliação do sistema financeiro ver World Bank and IMF (2005).

A análise dos dados também permite alguns comentários sobre a estratégia de atuação dos bancos em Minas Gerais ao longo do período em análise. Tem-se que, de 1991 a 1993, a concentração de recursos na microrregião de BH é crescente, em detrimento das demais, chegando a um pico de 8,33 em comparação com 0,11 do grupo de municípios menos desenvolvidos. Tais valores coincidem com o período inflacionário, no qual os bancos auferiam vultuosos lucros com o chamado *floating*. Este fato ficará claro mais adiante com a análise de outros indicadores, mostrando que essa forte concentração de recursos na micro de BH deve-se, principalmente, à aplicação em títulos e valores mobiliários. No período de 1994 a 1996, observa-se uma queda do indicador para a microrregião de Belo Horizonte e uma elevação para os demais grupos de municípios, o que representa uma mudança de estratégia dos bancos. Com o fim do *floating*, eles passaram a emprestar mais e de forma mais desconcentrada no espaço, como forma de compensar a perda das receitas inflacionárias.

A partir de 1996, o indicador se estabiliza para a micro belorizontina⁹ e, no entanto, observa-se uma forte queda para os demais grupos de municípios entre 1997 e 1998, o que coincide com a crise cambial brasileira. Isto demonstra que a opção dos bancos foi a de reduzir a alocação de ativos nos municípios menos desenvolvidos, nos quais o grau de risco das aplicações é maior, mantendo as aplicações na cidade de BH e em seu entorno, onde o retorno das aplicações é mais garantido.

O resultado encontrado acha-se em consonância com a literatura internacional que versa sobre o relacionamento entre desenvolvimento do sistema financeiro e crescimento econômico (GERTLER e ROSE, 1996; RAJAN E ZINGALES, 1998; LEVINE, 1997 e 1998; entre outros). Diversos outros estudos, entretanto, buscaram identificar a relação entre o desenvolvimento do sistema financeiro e o crescimento econômico¹⁰. Ainda que não haja um consenso sobre a direção de causalidade, há concordância entre os economistas de que o relacionamento existe.

A discussão que se faz necessária neste momento é procurar entender em que medida esta diferença no grau de desenvolvimento do sistema bancário é fruto de uma ação deliberada dos bancos ou não. Neste sentido, procurar-se-á, na seção seguinte, identificar a existência ou não de estratégias bancárias diferenciadas no espaço.

III.2. Estratégias Bancárias Regionais

A identificação de estratégias bancárias diferenciadas no espaço não é uma tarefa trivial. Em primeiro lugar, existe uma clara deficiência relativa à disponibilidade de informações em escala regional, notadamente no Brasil. A principal razão para isto estaria no fato de o Banco Central do Brasil (BCB) ainda não considerar este tipo de informação relevante. Tendo em vista a forte influência neoclássica na formação dos diretores do BCB, desde o início dos anos 90, não é de se estranhar esta visão, uma vez que, de acordo com esta concepção, a moeda é neutra em qualquer escala territorial.

Em segundo lugar, dado o elevado grau de integração existente entre as regiões, sempre existe a possibilidade de uma ação em uma região específica ser fruto de fatos ocorridos em outras regiões e

⁹ De 1994 para 1995 observa-se uma queda bastante considerável no indicador Ativo/PIB para a micro de BH, esta queda está associada a uma redução no Ativo guiada por contas que não são alvo de estudo neste trabalho.

¹⁰ Ver, dentre outros, Demetriades e Hussein (1996), Arestis e Demetriades (1997) e Jayaratne e Strahan (1996).

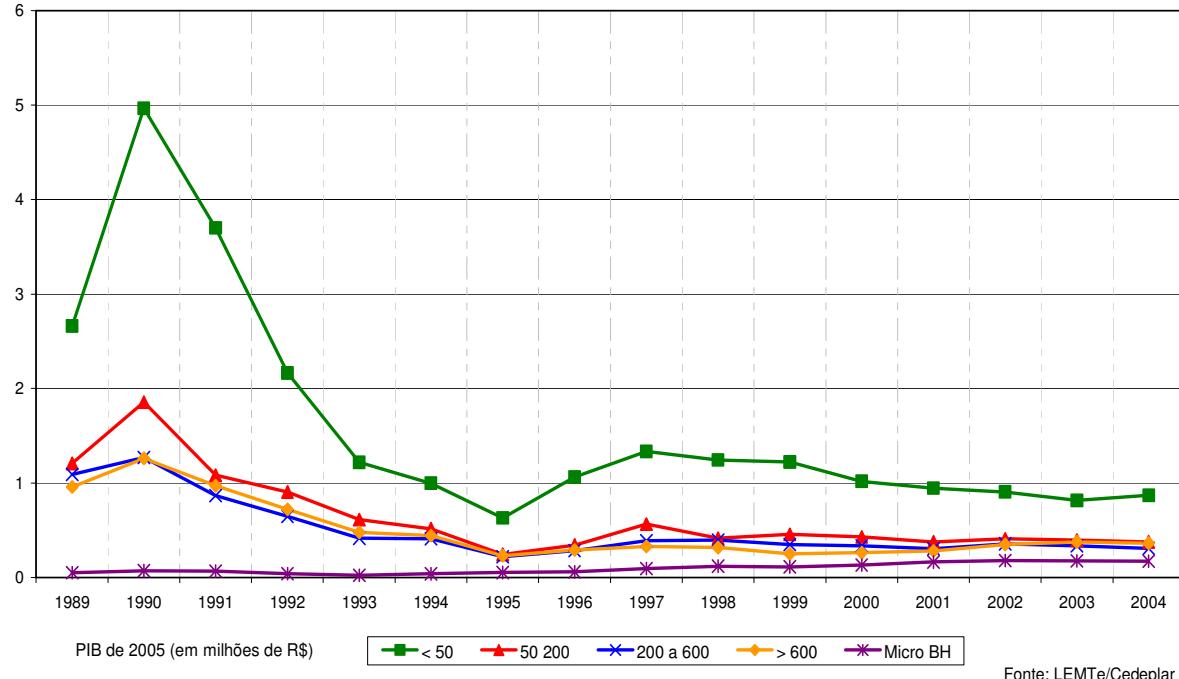
não naquela que está sendo analisada. Este fato é ainda mais relevante no caso brasileiro, no qual o sistema bancário é composto basicamente por grandes bancos nacionais, com agências espalhadas por todo o País, e com quase nenhum banco regional. Apesar disto, acredita-se que fortes indicações possam existir no sentido de identificação destas estratégias, mesmo levando-se em conta as considerações supracitadas. Assim sendo, uma série de indicadores foram elaborados que, apesar de serem apresentados isoladamente, devem ser considerados em seu conjunto para a identificação destas estratégias.

1) Preferência pela liquidez dos bancos

A preferência pela liquidez dos bancos (PLB) constitui o primeiro indicador a ser analisado. Esse indicador mede a maior ou menor disposição dos bancos em manter-se mais ou menos líquidos, sendo calculado dividindo-se o mais líquido dos itens do passivo dos bancos (total dos depósitos à vista) pelo item menos líquido do ativo (total dos créditos concedidos). Assim, quanto maior o indicador, maior a preferência pela liquidez do banco, ou seja, menor a sua disposição em emprestar (em se tornar menos líquido). O gráfico 1 mostra a evolução da PLB nos municípios mineiros divididos por intervalos de PIB e para a microrregião de BH, no período de 1989 a 2004.

O gráfico permite duas análises. Em primeiro lugar, o resultado confirma a teoria pós-keynesiana, segundo a qual em regiões mais atrasadas a preferência pela liquidez tende a ser maior. De acordo com esta abordagem, os locais menos desenvolvidos economicamente apresentam maior incerteza sobre o futuro, o que leva os agentes lá instalados (bancos e público, de uma forma geral) a buscarem ativos mais líquidos como forma de proteção. Assim, a preferência pela liquidez nestas regiões é maior. Por outro lado, nas áreas mais desenvolvidas (regiões centrais) há maior disposição tanto para demandar como para ofertar crédito – reflexo de uma menor preferência pela liquidez dos agentes (DOW, 1993).

Gráfico 1
Preferência pela liquidez dos bancos - Cidades mineiras agregadas segundo o PIB de 2005 1989 a 2004



Fonte: LEMTe/Cedeplar

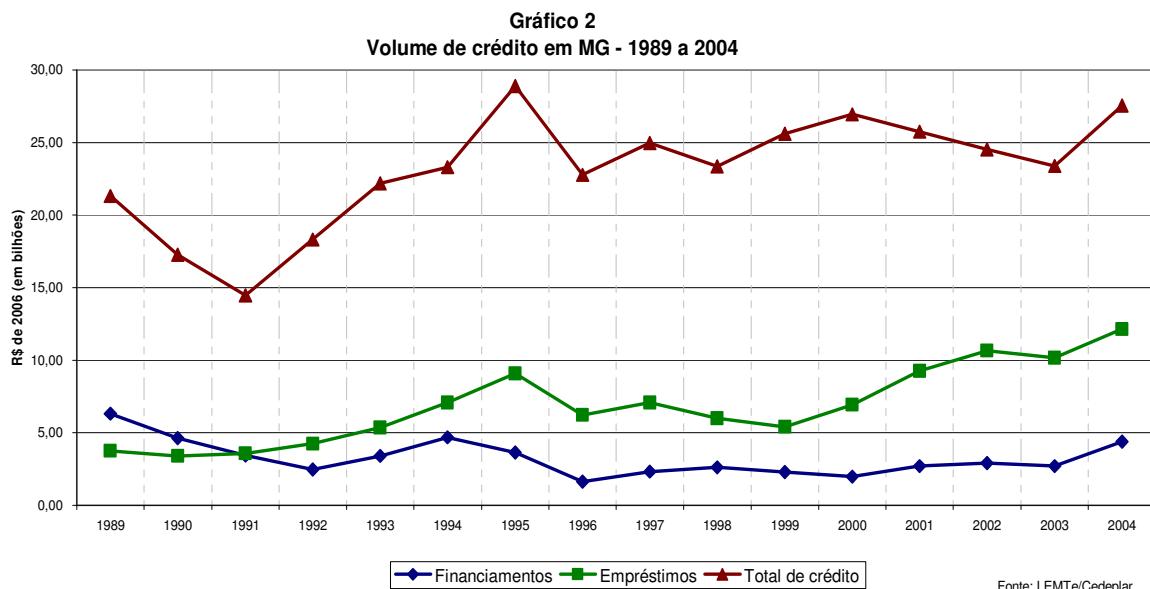
De fato, durante toda a série, os municípios com PIB inferior a R\$50 milhões (menos desenvolvidos) apresentaram os maiores níveis de PLB e a microrregião de BH (a mais desenvolvida) os menores.¹¹

Em segundo lugar, o gráfico acima mostra que o indicador apresentou comportamento semelhante, em todos os grupos de municípios, durante o período analisado. Observa-se que, entre 1990 e 1995, há uma tendência de queda da preferência pela liquidez dos bancos em todas os grupos de municípios. Em um primeiro momento, esta constatação causa estranheza. Era de se esperar que, em períodos inflacionários – como é o caso –, houvesse um aumento da preferência pela liquidez dos agentes como um todo, em virtude do ambiente de elevada instabilidade. Entretanto, dada a forma como é calculado o índice, o resultado faz sentido. Em épocas de inflação elevada as pessoas reduzem o montante de depósitos à vista efetuados. Elas optam por aplicações que rendam algum tipo de juros, a fim de tentar ao menos manter o poder de compra de suas moedas. Sendo assim, o numerador da expressão é reduzido, diminuindo a expressão como um todo. Além disto, apesar da instabilidade, deve ser lembrado que, até 1994, todas as operações financeiras no Brasil utilizavam-se da correção monetária como mecanismo de proteção contra a inflação, inclusive as operações de crédito. Isto contribuía para dar uma maior garantia a este tipo de operação. Assim, pode-se afirmar que, apesar da inflação elevada, as operações de empréstimos continuavam sendo feitas considerando-se apenas os fatores reais.

A trajetória da PLB na microrregião de BH é crescente em todo o período pós-estabilização, enquanto, nas demais regiões é possível observar uma elevação do indicador no período 1995-1997 – que pode ser resultado do fechamento massivo de agências, como estratégia bancária frente ao fim do

¹¹ Este resultado corrobora os obtidos por Crocco *et al* (2005), que utilizaram dados somente até 2002.

floating – e uma tendência de queda após 1997, com posterior estabilização da preferência pela liquidez dos bancos. Tal fato pode ser explicado por uma maior desconcentração espacial do crédito, cujo volume diminui na microrregião belorizontina, aumentando nas demais, como poderá ser visto na análise de outros indicadores. Vale ressaltar que o aumento no volume de crédito no Estado deveu-se à elevação dos empréstimos concedidos, uma vez que os financiamentos mantiveram-se praticamente estáveis ao longo da série, como se observa através do gráfico 2.



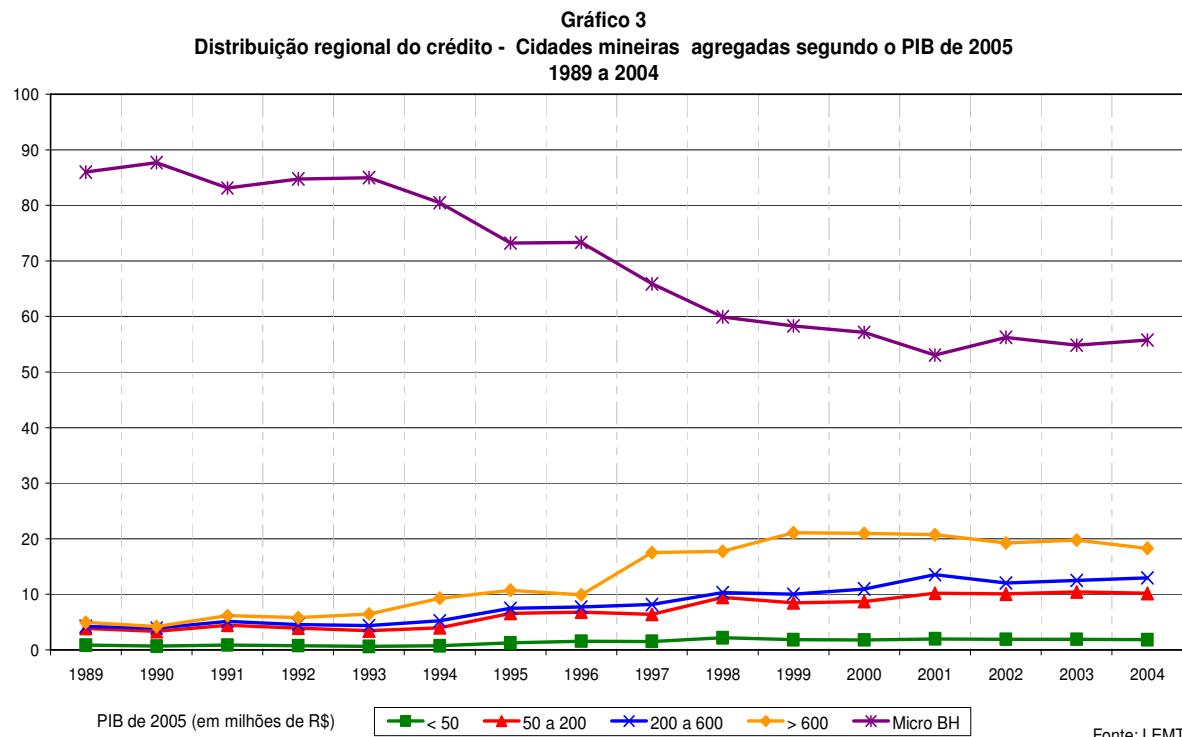
Nas palavras de Crocco e Santos, com a estabilização monetária pós-1994, acreditou-se que o sistema bancário pudesse exercer a sua função central de financiamento da atividade produtiva, uma vez que era esperado que o setor público não mais necessitasse financiar seu déficit. (2006: 49)

De fato, houve um significativo aumento do crédito logo no início do Plano Real, mas como pode ser visto no gráfico 2, o aumento foi liderado pelos empréstimos, geralmente recursos de curto-prazo com juros mais altos. Enquanto isso, o volume de financiamentos concedidos no Estado apresentou uma queda pós-estabilização e permaneceu praticamente constante durante o período 1996-2003.

A partir da observação do gráfico, constata-se também que o volume de crédito apresenta um pico em 1995 e passa a decair, com leve recuperação em 1997, até o ápice da crise mexicana em 1998. Tal fato pode ser compreendido como um resultado da reinstalação de uma política monetária de juros elevados, implementada em resposta às turbulências na economia, geradas por fatores externos (crise mexicana e, posteriormente, as contagiadas economias emergentes). Esse fato “voltou a proporcionar aos bancos uma aplicação financeira mais rentável e menos arriscada do que a concessão de crédito” (CROCCO e SANTOS, *op.cit.*: 50).

2) A Distribuição Regional do Crédito

A distribuição regional do crédito é o segundo indicador a ser estudado para a análise de uma possível estratégia bancária diferenciada no espaço, como mostra o gráfico 3 a seguir.



Como se pode observar, existe uma forte concentração regional do crédito no Estado, delineando o mesmo quadro hierárquico observado nos indicadores já analisados. Em toda a série observa-se uma correspondência entre peso econômico e grau de participação no volume de crédito concedido: quanto maior o PIB de um município, maior é o volume de crédito registrado, fato este que acaba reforçando as disparidades regionais. Em todo o período pesquisado, a microrregião de Belo Horizonte apresentou uma participação relativa na distribuição regional acima de 50%, atingindo em 1990 um pico de quase 90% de todo o crédito concedido no Estado. Por sua vez, os municípios de menor peso econômico (com PIB inferior a R\$50 milhões) atingiram, em 1998, a sua participação máxima: 2,2%. Contudo, a análise do gráfico reforça o que foi dito anteriormente. No período que se seguiu ao plano Real, houve uma tendência à desconcentração espacial do crédito. Enquanto a micro de BH apresentou uma queda quase ininterrupta no volume de crédito concedido após 1993, nos demais grupos de municípios, a trajetória foi ascendente, principalmente daquele ano em diante, coincidindo com a queda observada para a micro belorizontina. Entretanto, como será visto posteriormente, a redução do crédito concedido em BH e entorno é mais do que compensada pelas aplicações em títulos e valores mobiliários, cuja alocação é concentrada quase completamente nesses municípios.

Apenas a análise desse indicador, no entanto, pode dar uma falsa impressão de que, no período pós-estabilização, o sistema financeiro possa ter assumido seu papel de financiar o crescimento econômico, o que de fato, não aconteceu. Como já foi observado anteriormente, o que ocorreu foi uma migração do crédito entre os grupos de municípios, centrada principalmente nos empréstimos como demonstra a Tabela 9.

TABELA 9

Distribuição regional dos financiamentos (%) e empréstimos (%) - cidades mineiras agregadas segundo o PIB de 2005: 1989 a 2004

Anos	PIB (milhões de R\$)									
	< 50		50 a 200		200 a 600		> 600		Micro BH	
	Emp.	Financ.	Emp.	Financ.	Emp.	Financ.	Emp.	Financ.	Emp.	Financ.
1989	1,02	0,09	4,31	0,26	5,48	0,61	11,67	0,83	77,15	98,19
1990	0,63	0,05	2,77	0,27	3,94	0,57	8,84	0,72	83,48	98,37
1991	0,65	0,04	2,62	0,31	4,39	0,38	13,04	1,28	78,93	97,97
1992	0,52	0,11	2,12	0,87	3,60	0,82	13,60	2,65	79,92	95,53
1993	0,50	0,07	2,54	0,64	4,79	0,83	15,86	2,55	76,05	95,88
1994	0,75	0,09	3,62	0,58	6,80	1,24	20,90	3,03	67,34	95,00
1995	1,44	0,28	6,32	1,47	9,81	2,30	22,80	4,21	58,31	91,58
1996	1,64	0,73	6,15	3,81	8,81	3,75	20,97	7,86	61,32	83,62
1997	1,29	0,64	4,95	2,40	7,48	2,95	19,45	6,41	66,20	87,48
1998	1,46	0,54	5,68	2,21	8,71	2,85	23,38	6,76	60,23	87,57
1999	1,43	0,46	5,47	2,47	8,73	2,84	25,35	6,08	58,46	88,09
2000	1,44	0,63	6,09	4,15	10,58	4,59	24,95	11,73	56,32	78,79
2001	1,90	0,69	7,42	4,30	12,48	5,26	25,08	13,47	52,46	76,16
2002	1,90	0,74	7,60	4,28	12,73	4,99	24,92	15,32	52,21	74,55
2003	1,92	0,71	7,74	3,81	12,67	4,40	24,94	24,90	52,10	66,06
2004	1,64	0,68	6,98	3,05	11,82	3,79	23,08	18,74	55,53	73,38

Fonte: LEMTe/Cedeplar

De fato houve uma desconcentração, tanto na concessão de empréstimos quanto de financiamentos. Mas o nível de participação da micro de BH no total de financiamentos concedidos em Minas ainda esteve acima de 70% em quase todo o período, com a única exceção de 2003 quando registrou 66%. Contudo, a desconcentração ocorreu principalmente em favor dos municípios de médio porte (com PIB maior que R\$ 600 milhões), que atingiram, também em 2003, uma participação de quase 25%. Nos municípios menos desenvolvidos, a participação no volume de financiamentos não chega nem a 1%, enquanto nas localidades com PIB entre R\$50 a R\$200 milhões e R\$200 a 600 milhões o pico é registrado em 2001 com 4,3% e 5,3% respectivamente, sendo que, no mesmo grupo de municípios, registrou-se, no mesmo ano, uma participação de respectivamente 7,4% e 12,5% no volume de empréstimos.

Nos municípios menos desenvolvidos, a opção do setor bancário em focar sua estratégia de expansão do crédito na concessão de empréstimos, em detrimento dos financiamentos, deve-se a dois fatores: 1) risco mais baixo, uma vez que os empréstimos normalmente apresentam prazos mais curtos e valores menores, sendo que nesta categoria também estão incluídas as operações de descontos de títulos. Este último, um crédito de giro com prazos curtíssimos e riscos ainda mais baixos em função

de terem as duplicatas como contrapartida e, 2) retornos mais altos em função das altas taxas de juros praticadas nessa modalidade. Dessa forma, a expansão dos empréstimos de curto prazo no espaço parece ter sido a forma encontrada pelo setor financeiro para manter os ganhos perdidos com o fim da inflação.

3) Índice regional de crédito

Pode-se argumentar que a concentração espacial do crédito seja apenas um reflexo do peso econômico dos municípios. De fato, é de se esperar que regiões com maiores PIBs apresentem uma demanda por crédito mais elevada e, desta forma, uma maior participação relativa na distribuição deste. Além disto, Crocco e Santos (2006) salientam que, em regiões menos desenvolvidas, o patamar mais reduzido da renda da população dificulta o seu acesso aos bancos, gerando um menor volume de depósitos como proporção da renda e uma maior retenção de papel-moeda pelo público¹².

No entanto, o que se defende aqui é que existe uma relação de *causação circular cumulativa*¹³ entre volume de crédito e desenvolvimento econômico. Localidades de maior dinamismo econômico seriam mais atrativas à instalação de agências, enquanto aqueles municípios de economia menos desenvolvida não teriam acesso a serviços financeiros mais sofisticados. Dessa forma, enquanto municípios desenvolvidos, com acesso a crédito e a serviços financeiros sofisticados, cresceriam ainda mais, municípios desassistidos, sem recursos para se desenvolver, estariam fadados ao subdesenvolvimento econômico.

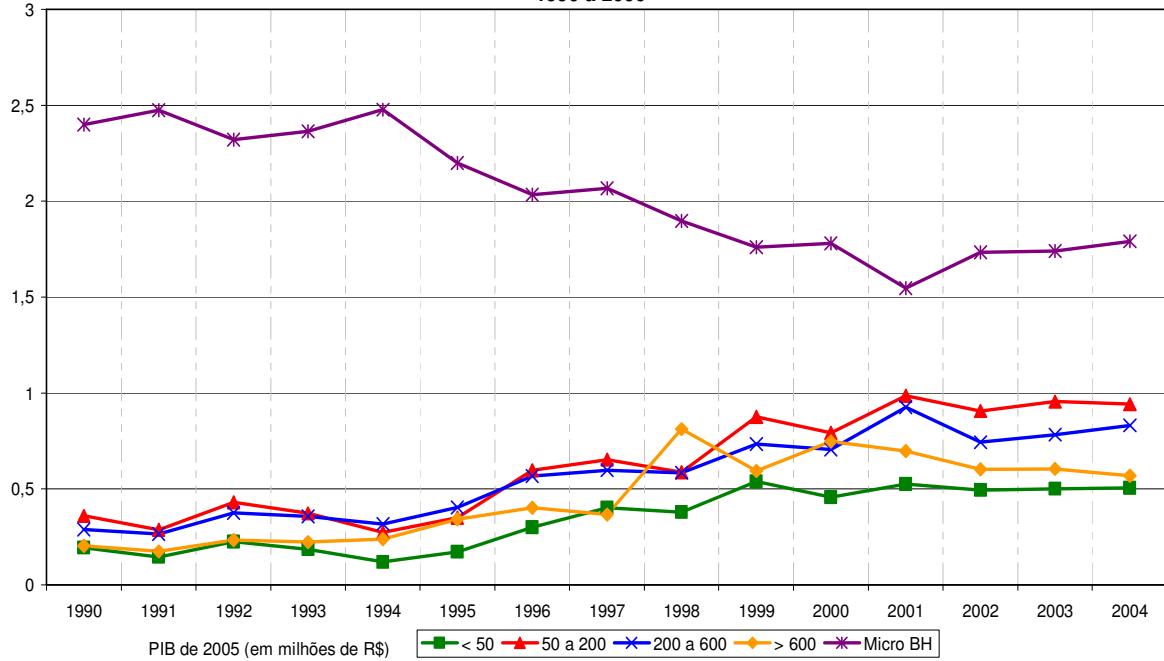
O indicador, aqui chamado de Índice Regional de Crédito (IRC), calculado a partir da razão entre a participação relativa de um grupo de municípios no total de crédito concedido em Minas e a participação relativa desta mesma região no PIB estadual¹⁴, aponta se a concessão de crédito em determinado grupo é maior do que o que poderia ser esperado em função da riqueza existente na região (PIB). Dessa forma, tem-se um índice que, quando superior a 1, sugere que os municípios recebem uma fatia dos empréstimos e financiamentos concedidos no Estado que é maior do que sua contribuição para o PIB mineiro e aquelas com valor abaixo de 1 recebem um volume de crédito proporcionalmente inferior ao PIB regional.

¹² Almeida (2007) argumenta que o processo de concentração bancária ocorrido na segunda metade da década dos 1990 também acarretou uma redução no crédito concedido em algumas regiões, estimulando a sua concentração. Apesar de não se desconsiderar aqui esta possibilidade, acredita-se que a sua influência tenha sido menor, tendo em vista que a lógica da decisão locacional de agências no período pré-reestruturação do sistema bancário não estava centrada na distribuição do crédito, mas sim na captação de recursos para aplicação no *overnight*.

¹³ Para compreender melhor o conceito de *causação circular cumulativa* ver Myrdal (1960).

¹⁴ Este indicador é uma adaptação do conhecido “quociente locacional” amplamente utilizado na literatura de economia regional para determinar a existência ou não de especialização produtiva em uma região específica.

Gráfico 4
Índice regional de crédito (%Crédito/%PIB) - Cidades mineiras
1990 a 2000



Fonte: LEMTe/Cedeplar, Fundação João Pinheiro e IBGE

Nota: Os dados até 2000 são disponibilizados pela Fundação João Pinheiro, a partir de 2001, utilizam-se dados do IBGE.

A evolução do Índice Regional de Crédito é mostrada no gráfico 4. Fica evidente que, durante todo o período de análise, todos os grupos de municípios, à exceção da micro belorizontina, tiveram uma participação na distribuição do crédito inferior a suas respectivas contribuições para o PIB do Estado. Apenas a micro de BH fica acima de 1 durante todo período e, apesar de registrar queda no indicador até 2001, após-2002 a tendência é de relativa estabilidade. Os demais grupos de municípios apresentam uma tendência ascendente pós-1994, o que é condizente com as análises dos demais índices que denotam uma ampliação da concessão de crédito nos municípios interioranos em detrimento da capital e seu entorno.

Um outro dado interessante revelado pelo gráfico é que a hierarquia de municípios - tão clara nos demais gráficos e tabelas analisadas até aqui - é rompida. No caso do IRC, os municípios de PIB entre R\$50 e R\$200 milhões apresentam os melhores resultados – excetuando a micro belorizontina – sendo superados apenas em dois momentos: o primeiro entre 1994 e 1996, pelos municípios com PIB entre R\$200 e R\$600 milhões e o segundo pelos municípios com PIB superior a R\$600 milhões. Já a comparação entre estes últimos revela vantagem em quase todo o período para os primeiros. Tal constatação, em princípio contra-sensual, apenas reforça uma hipótese que vem se firmando na análise contemporânea da dinâmica regional mineira, a saber: os municípios de menor porte vêm apresentando um desempenho econômico superior àquelas cidades de economia mais desenvolvida e consolidada¹⁵.

¹⁵ Ver PEREIRA (2002)

3) Gestão do Ativo Bancário

Continuando a análise de indicadores que possam sugerir a existência de estratégias regionais bancárias diferenciadas no espaço, passa-se agora ao estudo sobre a gestão do ativo dos bancos nos diferentes municípios mineiros. Serão avaliadas quatro variáveis: Lucro/Ativo, Empréstimos (Emp)/Ativo, Financiamentos (Financ)/Ativo e Títulos e Valores Mobiliários (TVM)/Ativo¹⁶. O índice Lucro/Ativo permite avaliar a capacidade do sistema bancário em transformar os seus direitos e haveres, representados por seu ativo, em lucro. Em outras palavras, ele capta a capacidade da gestão do ativo em gerar ou não lucros. Os outros três indicadores procuram identificar com maior detalhe qual conta do ativo bancário pode estar melhor contribuindo para o resultado observado no índice anterior. Por simplificação optou-se por trabalhar com apenas três contas do ativo: Empréstimos, Financiamentos e Títulos. Estes seriam, teoricamente, os ativos de menor liquidez e maior rentabilidade (crédito: empréstimos e financiamentos) e de maior liquidez e menor rentabilidade (títulos) – excetuando-se a retenção de moeda na sua forma mais líquida – *cash*¹⁷.

No caso das operações de crédito, optou-se por analisar de forma diferenciada os empréstimos e os financiamentos, partindo da compreensão de que as duas formas de crédito têm retornos diferenciados para o banco, em termos de rentabilidade do ativo. Além disso, têm papéis distintos na dinâmica do desenvolvimento regional. A diferença encontra-se no fato de os juros cobrados nos empréstimos – crédito na maioria das vezes de curto prazo e voltado para consumo – serem mais elevados do que aqueles praticados nos financiamentos – crédito de longo prazo, mais associado a investimentos. Dessa forma, os empréstimos têm uma rentabilidade maior, na medida em que geram uma fração de lucro superior à proporção de recursos despendidos na operação. O financiamento, como já foi dito anteriormente, tende a ser mais concentrado no espaço por ser um crédito mais arriscado – na medida em que envolve via de regra, montantes mais expressivos e destina-se a investimentos – pois seu retorno depende diretamente do sucesso de uma atividade econômica. Dessa forma, em tese, quanto mais desenvolvida é uma localidade, menor o risco envolvido em uma operação de financiamento, maior tende a ser a concessão de financiamento, comparativamente a regiões menos desenvolvidas. Tal fato acaba desencadeando um mecanismo de *causação circular cumulativa* que estimula as desigualdades regionais, dada a importância do financiamento para o desenvolvimento econômico.

O gráfico 5 apresenta a evolução do Lucro/Ativo dos bancos, por grupo de municípios, entre 1989 e 2004. Em quase todo o período analisado, principalmente após a estabilização monetária, observa-se que o sistema bancário dos municípios menos desenvolvidos mostrou-se relativamente mais lucrativo do que o da microrregião de Belo Horizonte – a mais desenvolvida economicamente. Isto ocorre a despeito destes municípios emprestarem proporcionalmente menos que os seus PIBs,

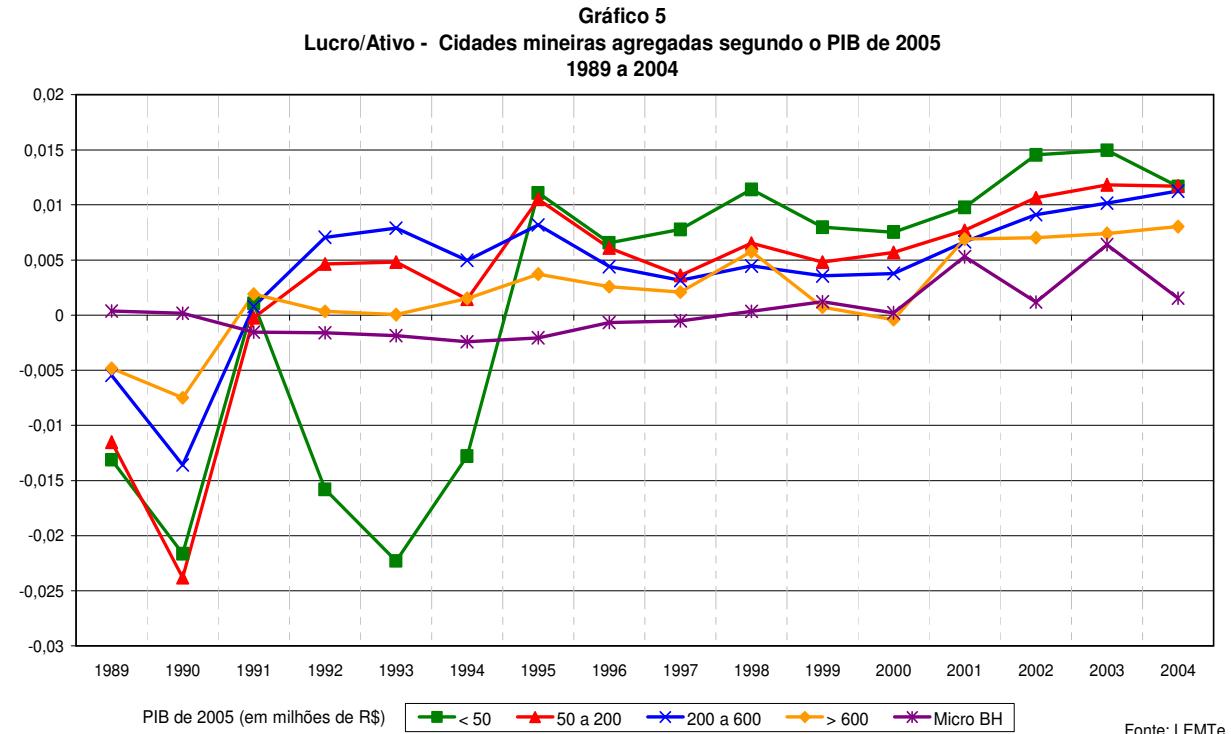
¹⁶ No caso do TVM/Ativo, apenas os municípios com PIB superior a R\$600 milhões e a micro de BH registram valores para esse indicador, isso ocorre porque a aplicação em títulos, por ser um serviço financeiro mais sofisticado, é registrada apenas em municípios com um setor financeiro mais desenvolvido. Portanto, a análise deste indicador será feita somente para os dois grupos citados.

¹⁷ É importante ressaltar que as operações de crédito e a aplicação em títulos não são as únicas fontes de lucro de um banco. Hoje em dia, especialmente, um importante componente da sua receita é obtido a partir dos serviços prestados, das taxas bancárias. Entretanto, essas informações não estão disponíveis de maneira regionalizada, motivo pelo qual não serão utilizadas no trabalho.

devido em grande parte à maior preferência pela liquidez dos bancos, e de apresentarem relativamente pequeno peso nos respectivos PIBs. Tal fato sinaliza que a relativamente pequena intermediação financeira, realizada pelo sistema bancário nestas regiões, não interfere na obtenção de lucros pelo mesmo.

Este dado, quando analisado em conjunto com as tabelas e gráficos anteriores, aponta claramente a existência de estratégias diferenciadas no espaço. A hipótese implícita no *mainstream* da economia é que a eficiência microeconômica leva, automaticamente, à alocação ótima de recursos, e à eficiência macroeconômica (CARVALHO, STUDART, ALVES JR., 2002). Entretanto, nem sempre é assim. Um sistema bancário microeconomicamente eficiente não conduz necessariamente a um maior volume de crédito e a uma melhor eficiência em sua alocação. Os bancos definem suas estratégias de atuação (realização de operações de empréstimos, financiamentos e/ou aplicações em títulos), buscando adequar suas carteiras de ativos a uma relação entre rentabilidade e liquidez que julgam ser a melhor. Tal atitude é tomada considerando-se as expectativas dos bancos sobre o futuro, definindo a sua preferência pela liquidez. Portanto, não necessariamente maior lucratividade está associada à concessão maior de crédito.

Contudo, no caso específico de Minas Gerais, a análise conjunta dos indicadores sugere que essa maior rentabilidade dos ativos registrada nos municípios de menor peso econômico está intrinsecamente ligada à maior concessão de empréstimos e a sua desconcentração no espaço, observada no período pós-Plano Real.



Ao analisar o gráfico 5, constata-se que a variável Lucro/Ativo na capital mineira e entorno apresentou a tendência mais estável em comparação com os demais grupos. Tem-se uma trajetória de queda entre 1990 e 1994. A partir de então, a mostra-se ascendente até que os lucros tornam-se positivos a partir de 1998. A persistência de lucros negativos entre 1990 e 1998 pode ser explicada pelo fato de Belo Horizonte - por se constituir no centro financeiro do Estado - registrar um número de operações que não necessariamente foram efetuadas ali e, portanto, poder contabilizar prejuízos de operações efetuadas em outras localidades.

A observação do gráfico também revela que parece haver uma correlação entre o peso econômico dos municípios e o nível de oscilação do indicador. Este caráter mais instável do lucro/ativo nos municípios menos desenvolvidos sugere que, em períodos de "turbulência" econômica, o sistema bancário modifica sua estratégia. Retira recursos de municípios onde as aplicações constituem um risco maior e mantém suas aplicações em municípios maiores, mais desenvolvidos e, portanto, com menores riscos.

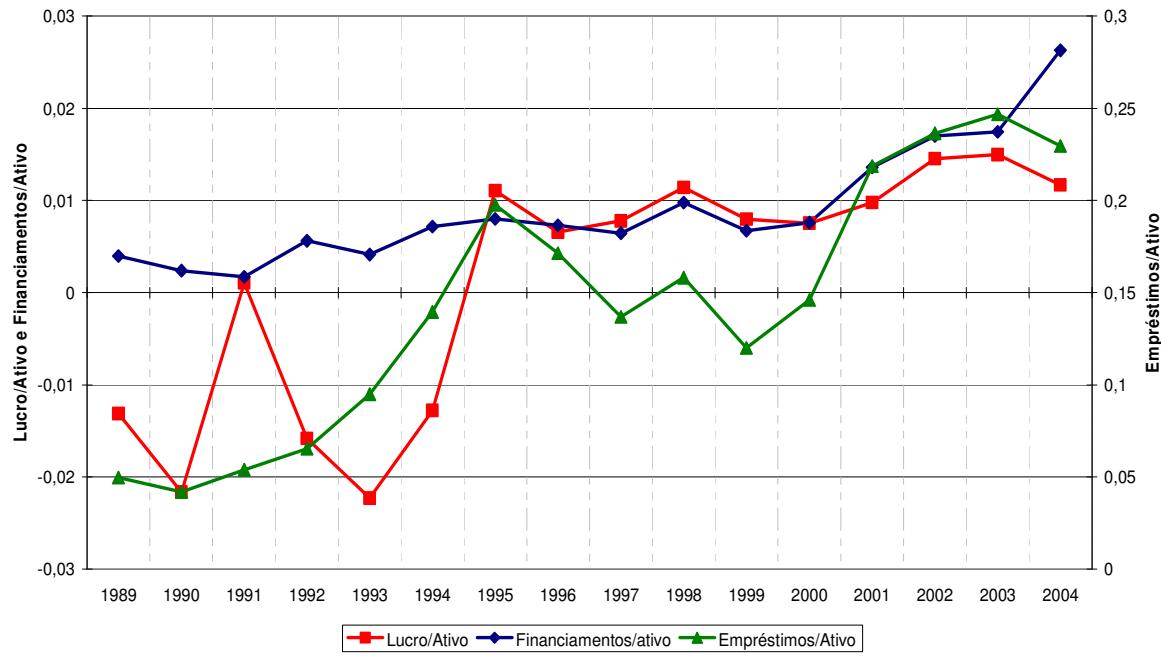
Pode-se perceber que, num primeiro momento, houve uma queda acentuada no indicador para os municípios menos desenvolvidos que vai até 1993, enquanto que os demais grupos mantêm uma trajetória crescente nesse período, à exceção dos municípios com PIB superior a R\$600 milhões, nos quais o indicador apresenta uma leve queda entre 1991 e 1993 e na micro de BH, onde o índice é relativamente constante. Percebe-se que, a partir de 1993 a tendência se inverte, sendo que os municípios com PIB entre R\$50 e R\$600 milhões sofrem uma queda na lucratividade de seus ativos.

De 1994 a 1995, a trajetória é crescente para todos os grupos de município, o que corresponde ao aumento da participação do crédito no ativo dos bancos, como pode ser visto mais adiante. A partir de 1995 até 1997, a trajetória é descendente para todos os grupos, à exceção dos municípios menos desenvolvidos e da micro de BH. No caso dos primeiros, a recuperação do indicador ocorre em 1996, mantendo-se crescente até 1998, quando uma série de crises externas atingem o setor. Já no caso da microrregião belorizontina, a trajetória é levemente ascendente no período que vai de 1994 a 1999, tal resultado ficará mais claro com a análise da participação dos títulos e valores mobiliários no ativo dos bancos.

Outros aspectos que podem explicar o crescimento do lucro nos municípios mineiros e que também fazem parte do processo de re-adaptação dos bancos ao cenário pós-estabilização são: de um lado, a expressiva redução de custos levada a cabo pelo setor, com investimentos em tecnologia, ampliação dos canais de auto-atendimento, redução do número de agências e corte de gastos com pessoal e, por outro, a ascensão das tarifas como uma fonte significativa de recursos.

A seguir será apresentada uma série de cinco gráficos, um para cada grupo de municípios, nos quais foram plotados conjuntamente com o lucro/ativo, os indicadores Emp/ativo, Financ/ativo – para o caso dos cinco grupos – e TVM/ativo, para o caso dos municípios com PIB superior a R\$600 milhões e para a microrregião de Belo Horizonte. A partir da análise destes gráficos, pretende-se compreender o comportamento do indicador lucro/ativo à luz das principais aplicações geradoras de receitas para os bancos, a saber: créditos e aplicações em títulos e valores mobiliários.

Gráfico 6
Gestão do Ativo - municípios com PIB até R\$50 milhões em 2005
1989 a 2004

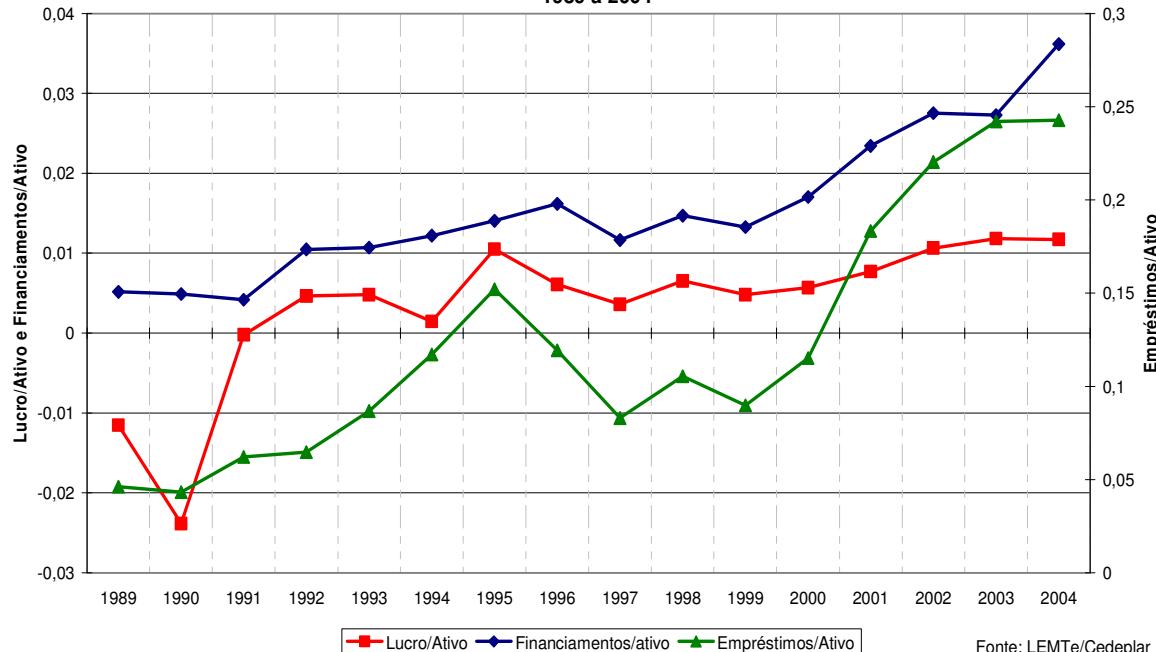


Fonte: LEMTe/Cedeplar

A análise do gráfico 6 sugere que a rentabilidade do ativo nas regiões menos desenvolvidas foi guiada pela concessão de crédito. Os empréstimos desempenharam um papel mais relevante, na medida em que o próprio volume de empréstimos, em termos de ativo nessas localidades, é muito superior à proporção de financiamentos, ainda que este tenha apresentado tendência crescente.

Nota-se que a proporção de empréstimos sobre o ativo foi crescente até 1995 quando começa a declinar. Este é justamente o comportamento do Lucro/Ativo. Entre 1997 e 1998, o indicador Emp/Ativo apresenta outra elevação, ano em que apresenta queda, retomando a trajetória de crescimento até 2003. A tendência é a mesma observada para a rentabilidade do ativo no período, demonstrando a correlação existente entre os indicadores.

Gráfico 7
Gestão do Ativo - municípios com PIB entre R\$50 e R\$200 milhões em 2005
1989 a 2004

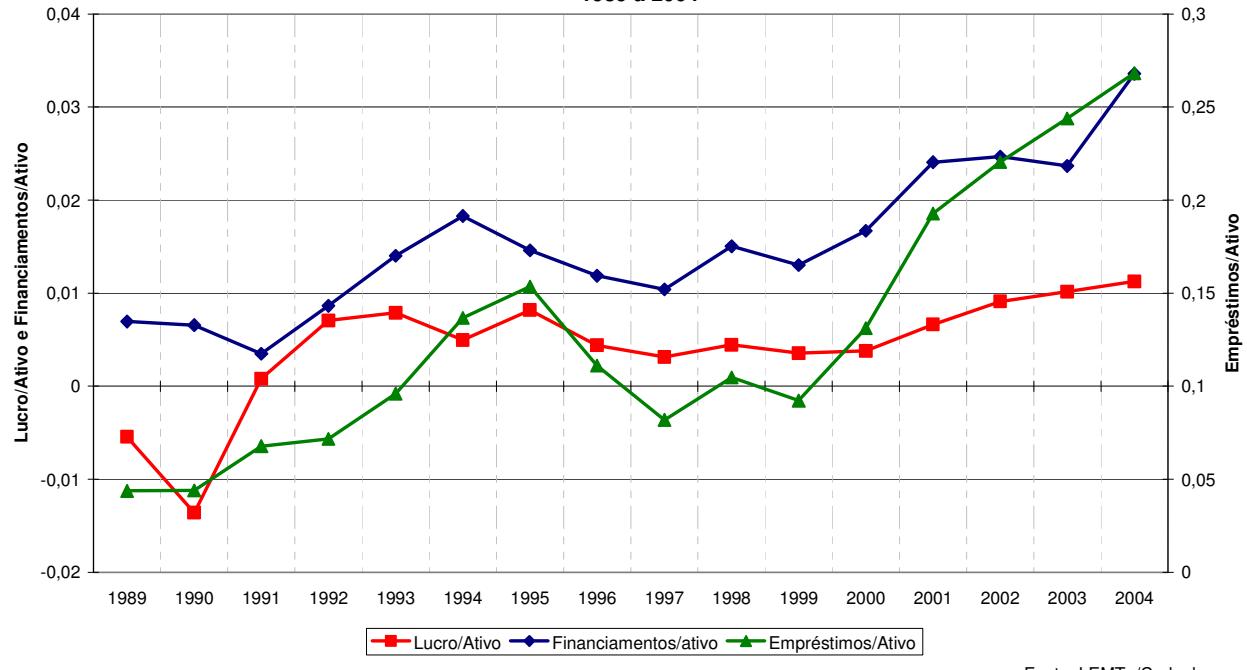


Fonte: LEMTe/Cedeplar

Nota-se, a partir da observação do gráfico 7, que a mesma correspondência descrita anteriormente, repete-se para o caso dos municípios com PIB entre R\$50 e R\$200 milhões. O comportamento do indicador Lucro/Ativo acompanha, em boa parte, a tendência observada para o índice empréstimos/ativo. Ressalte-se que, os empréstimos representavam cerca 5% do ativo desses municípios em 1989, enquanto que a proporção de financiamentos não chegava a 1% no mesmo ano. Já em 2004, enquanto os empréstimos atingiram quase 1/4 das aplicações, os financiamentos alcançaram cerca de 3,5%. Dessa forma, embora a tendência tanto de empréstimos quanto de financiamentos sobre o ativo sejam crescentes, com trajetórias semelhantes durante a série analisada, a representatividade maior dos primeiros sugere sua maior importância.

A partir da análise do gráfico 8, percebe-se que, nos municípios de médio porte, o comportamento dos indicadores Emp/Ativo e Financ/Ativo é semelhante e ambos parecem ter forte influência sobre a rentabilidade dos ativos. Nota-se também que o comportamento dos indicadores reproduz, em grande medida, a tendência observada para os grupos de municípios descritos anteriormente, sugerindo uma estratégia semelhante do sistema financeiro para os municípios mineiros, ainda que com diferentes graus de intensidade.

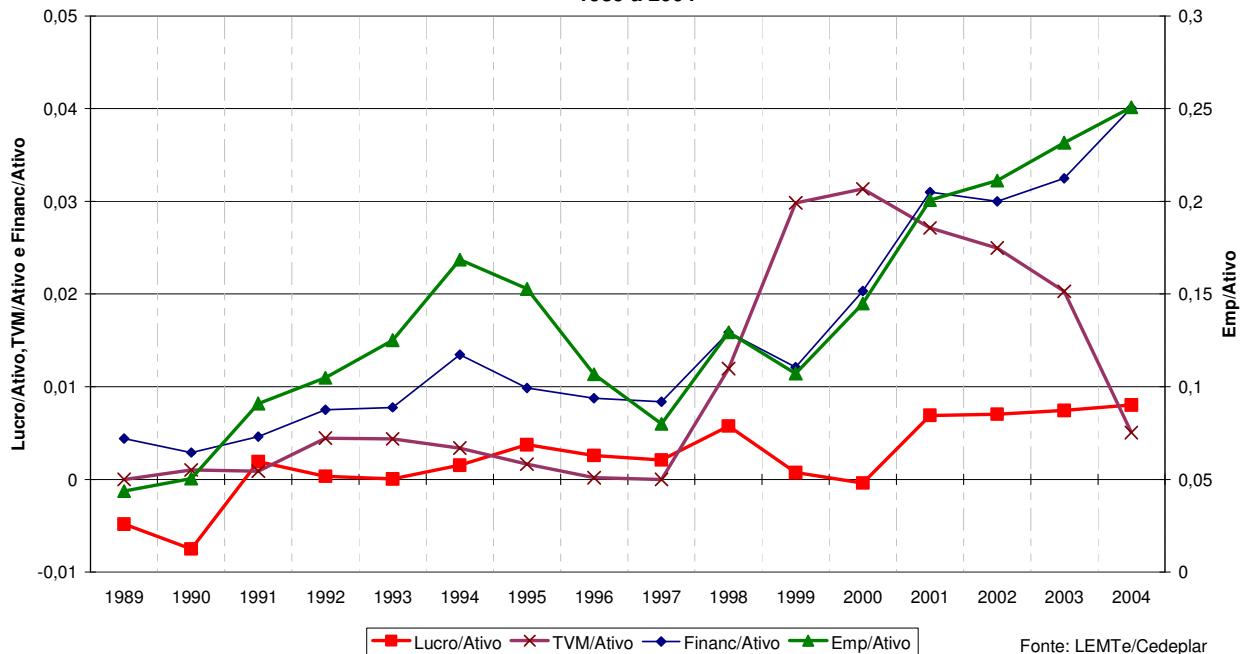
Gráfico 8
Gestão do Ativo - municípios com PIB entre R\$200 e R\$600 milhões em 2005
1989 a 2004



Fonte: LEMTe/Cedeplar

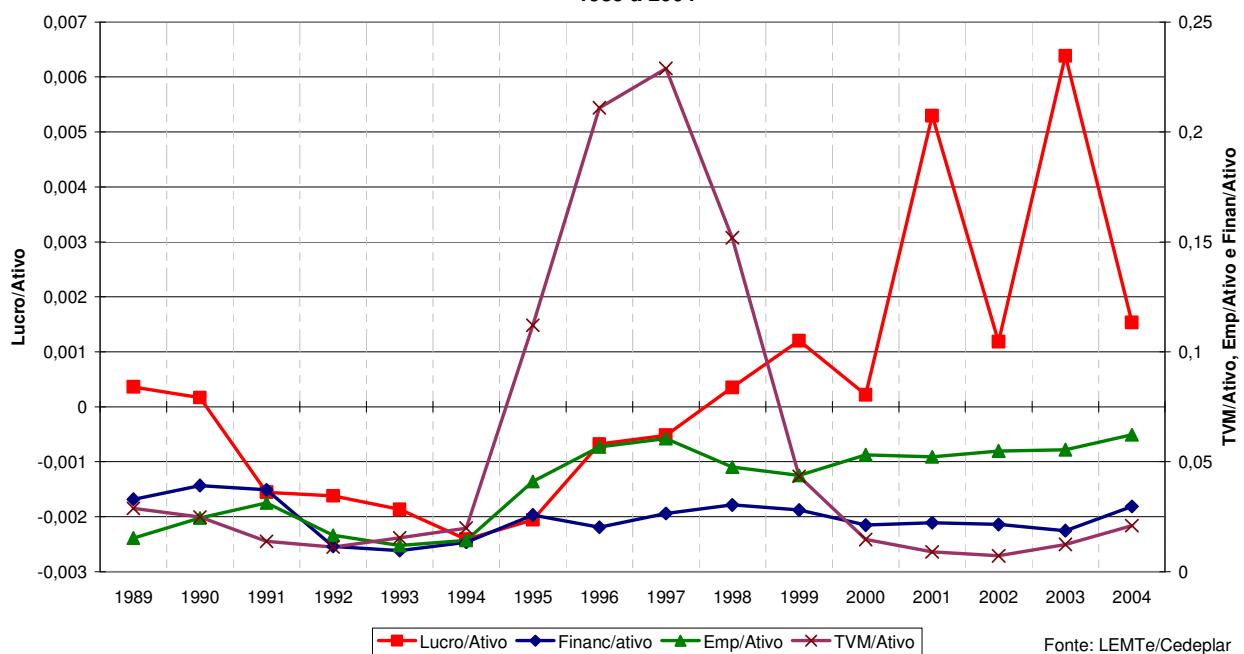
A observação do gráfico 9 revela uma trajetória semelhante àquela observada para os demais grupos de municípios. No caso dos municípios com PIB superior a R\$600 milhões, a proporção dos lucros sobre o ativo parece ser correlacionada com a proporção de financiamentos sobre o total de aplicações. Nestes municípios, já é possível observar que certa parte do ativo é investida em títulos e valores mobiliários. No entanto, o comportamento deste indicador não acompanha a trajetória do Lucro/Ativo e não parece importante para explicar seu comportamento.

Gráfico 9
Gestão do Ativo - municípios com PIB superior a R\$600 milhões em 2005
1989 a 2004



No gráfico 10, a seguir, observam-se os dados relativos à gestão do ativo nos municípios pertencentes à micro belorizontina.

Gráfico 10
Gestão do Ativo - municípios da microrregião de Belo Horizonte
1989 a 2004



A análise da trajetória do Lucro/Ativo para estas localidades demonstra que, ao contrário dos demais grupos de municípios, nos quais é possível identificar qual aplicação ativa do banco está influenciando seu comportamento, neste caso, as tendências da rentabilidade do ativo apresentam um comportamento mais complexo. Belo Horizonte, por se tratar do centro financeiro de Estado, registra tanto um volume, quanto uma gama de operações muito mais variada do que o restante dos municípios mineiros.

Em primeiro lugar, o gráfico nos dá a importância das aplicações em títulos e valores mobiliários para este grupo, que superam as operações de empréstimos e financiamentos, em termos de proporção do ativo, no período que vai de 1992 a 1999. Durante o período que vai de 1989 a 1994, a trajetória do indicador de rentabilidade do ativo parece ser resultado de uma ação conjunta dos três indicadores: TVM/Ativo, Emp/Ativo e Financ/Ativo. Nota-se que a partir de 1994, a aquisição de títulos como proporção do ativo apresenta um enorme saldo, o que pode ser explicado pelo crescimento das taxas de juros no período pós-estabilização. A trajetória é crescente até 1997 - quando estoura a crise asiática - e daí em diante, os bancos, fugindo da crise cambial, se desfazem dos papéis comprados durante o período 1994-1997. Percebe-se que a trajetória da rentabilidade do ativo é crescente durante todo o período (1994-1999), o que pode ser um resultado da estratégia bancária de manipulação dos títulos públicos. A partir de 2000, a trajetória do Lucro/Ativo torna-se irregular e parece ser mais guiada pelas operações de empréstimo, como também pode ser explicada por questões de conjuntura ou, ainda, por aplicações não analisadas neste trabalho.

IV. CONCLUSÕES PRELIMINARES

A análise combinada dos indicadores analisados na seção anterior permite concluir que, no período pós-estabilização, houve uma realocação do volume de crédito concedido em Minas Gerais com benefício para as cidades de pequeno e médio porte, principalmente no que tange aos empréstimos de curto prazo. Dessa forma, percebe-se uma influência direta dos empréstimos na rentabilidade do ativo dos municípios mineiros, influência esta que parece ser tanto maior quanto menos desenvolvido economicamente é o município. Essa afirmação é sustentada pela constatação de que, nos municípios de médio porte, o comportamento do lucro/ativo parece mais correlacionado com a trajetória do volume de financiamentos como proporção do ativo. Além disso, percebe-se que na microrregião de Belo Horizonte, a tendências do Lucro/Ativo ao longo do período analisado é mais complexa – apesar de menos instável – e não pode ser compreendida apenas com os indicadores analisados. Contudo, nestes municípios, as aplicações em títulos e valores mobiliários têm um peso importante e, durante o período que vai de 1994 a 1999, o indicador TVM/Ativo parece ser a variável mais importante para compreender a trajetória dos lucros como proporção do ativo.

Os indicadores analisados ao longo do trabalho revelam um sistema financeiro bastante concentrado, com estratégias distintas no espaço e com uma alta capacidade de adaptação a diferentes conjunturas econômicas. No que tange aos retornos do setor, nota-se que os municípios menos desenvolvidos apresentam os maiores lucros em termos do ativo, principalmente no período pós-estabilização. Estes resultados são claramente guiados pela concessão de empréstimos de curto prazo, os quais possuem uma rentabilidade, como proporção do volume de recursos aplicado, superior aos

financiamentos. Contudo, o empréstimo, por se tratar de um crédito de curto prazo, cuja finalidade precípua é, via de regra, o consumo, tem pouca importância no que tange ao desenvolvimento econômico regional.

Ao longo do trabalho também foi possível notar que as regiões menos desenvolvidas possuem trajetórias mais instáveis para os indicadores observados, o que pode ser justificado pelo fato de o sistema financeiro, em períodos de crise, realocar suas aplicações para os municípios mais desenvolvidos, onde o risco das operações é menor.

Todas essas afirmações confirmam a hipótese da existência de estratégias bancárias diferenciadas por regiões. Embora exista uma linha mais geral de atuação dos bancos, respondendo ao contexto macroeconômico, as evidências apontam para o fato de essa atuação mais geral ser aplicada em diferentes regiões com intensidades distintas. Tal estratégia, no entender dos autores, tem implicações muito importantes para o desempenho econômico dos municípios mineiros, atuando no sentido de aprofundar as desigualdades regionais.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Daniel Bruno de Castro. *Bancos e Concentração de Crédito no Brasil: 1995-2004*. Belo Horizonte: Cedeplar. Dissertação de Mestrado, 2007. 90p.

AMADO, Adriana. A questão regional e o sistema financeiro no Brasil: uma interpretação pós-keynesiana. *Estudos econômicos*, v.27, n.3, p.417-40, 1997.

AMADO, Adriana. Moeda, financiamento, sistema financeiro e trajetórias de desenvolvimento regional desigual: a perspectiva pós-keynesiana. *Revista de Economia Política*, v. 18, n. 1, jan./mar. 1998.

ANDIMA-IBGE, *Sistema Financeiro: uma análise a partir das Contas Nacionais 1990-1995*. Rio de Janeiro: Andima, 1997.

ARAÚJO, Luís Alberto *et al.* Competição e concentração entre os bancos brasileiros. In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 8., 2005, Porto Alegre, RS. *Anais*. Porto Alegre: ANPEC-SUL, 2005 (Disponível em CD-ROM).

ARESTIS, P.; DEMETRIADES, P. Financial development and economic growth: assessing the evidence. *Economic Journal*, v. 107, n. 442, p. 783-99, May 1997.

BARBACHAN, J.S.F. e FONSECA, M.M. *Concentração bancária brasileira: uma análise microeconômica*. São Paulo: IBMEC, 2004.

CARVALHO, Carlos Eduardo; STUDART, Rogério; ALVES JR., Antônio José. *Desnacionalização do setor bancário e financiamento das empresas: a experiência brasileira recente*. Brasília: IPEA, 2002. 75p. (Texto para Discussão 882).

CORAZZA, G. . Crise e reestruturação bancária no Brasil. *Revista Análise*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 21-42, 2001.

CROCCO, M. *et. al.* The behaviour of liquidity preference of banks and public and regional development: the case of Brazil. *Journal of Post Keynesian Economics*, Nova York, v. 28, n.2, p. 217 – 240, 2005.

_____ e SANTOS, F.. Financiamento e desenvolvimento sob novas óticas. In: *A Arquitetura da Exclusão* Observatório da Cidadania, Rio de Janeiro, 2006.

_____ e JAYME JR.. O ressurgimento da geografia da moeda e do sistema financeiro. In: CROCCO , M. e JAYME JR., F. (org). *Moeda e Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DEMETRIADES, P.O.; HUSSEIN, K.A. Does financial development cause economic growth? Time series evidence from 16 countries. *Journal of Development Economics*, v. 51, n. 2, p. 387-411, Dec.1996.

DOW, Scheila. The regional composition of the money multiplier process. *Scottish Journal of Political Economy*. v.19, n.1, 1982.

_____. *Financial markets and regional economic development: the Canadian experience*. Aldershot: Averbury, 1990.

_____. *Money and the economic process*. Aldershot: Elgar, 1993.

_____. The stages of banking development and the spatial evolution of financial systems. In: MARTIN, Ron (ed.). *Money and the space economy*. Londres: Willey, 1998.

FAINI, R. *et.al.* Finance and development: the case of Southern Italy. In: GIOVANNINI, A. (ed.), *Finance and development: issues and experience*. Cambridge: University Press, 1993.

GERTLER, M. e ROSE, A. Finance, Public Policy and Growth, in CAPRIO, G., ATILJAS, I. e HANSON, J.A. (eds) *Financial Reform: theory and experience*, Cambridge University Press, p. 13-45, 1996.

IBGE. *Contas regionais*. Brasília: IPEA. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>.

IPEA. *Ipeadata: dados macroeconômicos e regionais*. Brasília: IPEA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>

JAYARATNE, J.; STRAHAN, P. E. The finance-growth nexus: evidence from bank branch deregulation. *Quarterly Journal of Economics*, v. 111, n. 3, p.639-70, Aug. 1996.

KING, R. G.; LEVINE, R. Financial Intermediation and Economic Development. In Mayer, C., Vives, X. (eds.). *Capital markets and financial intermediation*. Cambridge University Press, p. 156-189, 1993a.

KING, R. G.; LEVINE, R. Finance and Growth: Schumpeter might be right. *Quarterly Journal of Economics*, vol. 108, n. 3, pp. 717-38, 1993b.

KING, R. G.; LEVINE, R. Finance, Entrepreneurship, and Growth: Theory and Evidence. *Journal of Monetary Economics*, vol. 32, n. 3, pp. 513-42, 1993c.

LEMTe, Laboratório de Estudos em Moeda e Território – Cedeplar – UFMG.

LEVINE, R. (1993)

LEVINE, R. Financial development and economic growth: views and agenda. *Journal of Economic Literature*, v.35, n.2, p.688-726, Jun.1997.

_____. The legal environment, banks and long-run economic growth, *Journal of Money Credit and Banking*, v. 30, n.3, p. 596-613, 1998.

MOORE, C.L., and HILL, J.M. Interregional arbitrage and the supply of loanable funds. *Journal of Regional Science*, 22, p.499–512, 1982.

MYRDAL, G. *Teoria Econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

PEREIRA (2002), F. M. *Cidades médias brasileiras: uma tipologia a partir de suas (des)economias de aglomeração*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

PUGA, F. P. *Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. (Texto para Discussão 68).

RAJAN, R. G.; ZINGALES, L. Financial dependence and growth. *American Economic Review*, v. 88, n. 3, p. 559-86, June 1998.

ROBERTS, R.B., and FISHKIND, H.H. The role of monetary forces in regional economic activity: an econometric simulation analysis. *Journal of Regional Science*, 19 (1), p.15-29, 1979.

RODRIGUEZ-FUENTES, C. J.. Credit Availability and Regional Development. *Papers in Regional Science*, v. 77, 1, p.63-75, 1998.

RODRIGUEZ-FUENTES, C. J.. *Regional Monetary Policy*, Routledge: Abingdon, 2006.

SAMOLYK, K.A.. Banking conditions and regional economic performances. *Journal of Monetary Economics*, v.34, p.259-78, 1994.

SOARES, Ricardo P. *Evolução do crédito de 1994 a 1999: uma explicação*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 46 p. (Texto para discussão 808)

World Bank and IMF. *Financial sector assessment: a handbook*, Word Bank and International Monetary Fund, Washington, 2005.